

X- Intervenção branca? Delegado da Funai nega

Severino de Toni desmentiu que os chefes dos postos das reservas indígenas tenham deixado os cargos e que o agente da Polícia Federal Telmo de Lima Freitas seja interventor na área, nos moldes do famoso "major Curió"

Sem admitir o termo "intervenção branca" para caracterizar o papel que o agente federal Telmo de Lima Freitas está desempenhando nas áreas indígenas de Guarita e São João do Irapuá desde segunda-feira, quando chegou a Miraguai na companhia da delegada Celi Reichert, de Santo Ângelo, o delegado regional da Funai em Porto Alegre, Severino de Toni, negou ontem que os chefes dos postos das duas reservas tenham pedido demissão. Contrariando comentários existentes na região comparando Lima Freitas a um "Curió dos Pampas" (em alusão à intervenção do famoso major Curió no acampamento de Encruzilhada Natalino), de Toni admitiu que o agente federal está "a serviço da Funai na área" para substituir temporariamente Lídio Della Betta, atual chefe do posto em São João, que deverá viajar a Minas Gerais para a transmissão de seu antigo cargo.

"Lídio tinha um posto em Minas Gerais quando veio para o Rio Grande do Sul em janeiro", explicou de Toni. "Agora deve ir até lá empossar seu substituto. Quanto a Freitas, sempre que precisamos dele pedimos seus serviços à Polícia Federal, mas não necessariamente para atuar em conflitos. Atualmente precisamos dele porque o Lídio tem que viajar". Aguardando contatos com Brasília onde o presidente da Funai, Paulo Moreira Leal, deve se pronunciar sobre seu pedido de interven-

ção federal na área indígena, ontem pela manhã, o delegado voltou a negar que tenha havido demissão dos chefes de postos publicada em São Paulo, lendo o telegrama que teria originado a notícia equivocada. "No último domingo eles enviaram um telegrama que chegou aqui no dia seguinte", afirmou de Toni. "Além de relatar o clima existente na área por causa de brigas por arrendamentos, com atritos isolados, eles expuseram a necessidade de executar planos de lavoura coletiva e disciplinação do uso da terra. E então colocaram no texto a expressão "Não sendo assim torna-se infrutífera a presença dos chefes dos dois postos", o que é muito diferente de um pedido formal de demissão".

Se há dúvidas quanto à intenção de Lídio Della Betta e Rui Guimarães, os dois chefes dos postos, no texto do telegrama, é certo que o motivo da correspondência dominical estava bem claro, segundo o próprio de Toni. "Eles contavam que alguns índios tinham arrendado a mesma terra para dois ou três brancos", revelou o delegado. "E que além dos brancos discutirem entre si sobre o direito de usar a terra havia cobrança sobre os índios, e sobre os próprios chefes dos postos, como se eles tivessem culpa. Lídio e Rui telegrafaram então, pedindo disciplina no uso da terra, porque eles não podiam controlar os arrendamentos".



Telmo de Lima Freitas na reserva da Guarita: um novo "major Curió"?

Clima ainda é tenso em Miraguai (padre da cidade prevê novos conflitos)

O ambiente continua tenso em Miraguai, prevendo-se novos conflitos para os próximos dias entre as comunidades dirigidas por Domingos Ribeiro e Ivo Sales. Com este diagnóstico, o padre Luiz José Hass, pároco de Miraguai, chegou ontem a Porto Alegre para participar dos debates da Assembleia Legislativa a respeito do conflito entre os cabangueses da Guarita. Junto com ele, o pastor luterano Ornoif Steen, que mora em uma missão religiosa no interior da reserva de Guarita, limitou-se a dizer que "a paz não vai demorar muito na região", considerando-se o desejo de vingança existente no grupo comandado por Ivo, abalado com cinco mortes depois dos últimos conflitos entre as duas facções que habitam a área.

Mas tanto o padre como o pastor luterano não são partidários da intervenção federal na área. "Eu não sei como seria essa intervenção, portanto não me posiciono a favor", declarou Steen, enquanto o padre Luiz sustentava que a única intervenção que poderia solucionar o conflito seria "uma intervenção contra os brancos que exploram os índios". O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tenente Portela, Walter Irber, também considerou o termo "intervenção" muito amplo para mere-

cer apoio imediato. Irber, porém, acredita que a solução para o conflito é relativamente simples. "Tem que ser cumprida a lei que impede os arrendamentos. Por isso apoio totalmente o que tem dito o prefeito de Portela, Lucio Motta, quando reivindica o fim dos arrendamentos", afirmou ele. "Que tipo de intervenção quer se fazer? Não será mais uma maneira de garantir o grande produtor dentro da área, usando a terra do índio".

CRÍTICAS E ACUSAÇÕES

O prefeito de Miraguai, Jorge Porolnick dos Santos, defensor da intervenção policial na reserva com paralela oficialização dos arrendamentos ilegais, preferiu acusar a Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI) ontem pela manhã, rebatendo as críticas que recebeu pela proposta de intervenção federal na área. "Essa tal de ANAI, que diz representar os índios, só aparece lá na nossa região na hora de conflito, depois que acontecem mortes", sustentou ele. "Deveriam fazer como os prefeitos da região que estão apresentando sugestões para resolver o problema".

Porolnick aproveitou também para criticar a Funai devido às declarações desencontradas dadas pelo delegado regional, a favor da intervenção, en-

quanto o presidente da entidade em Brasília vacila em agir, manifestando-se pela interferência só se for necessária, em caso de os índios não terem seus ânimos acalmados. "Já houve mortes, os índios ameaçam vingança, a única saída é a intervenção mesmo", repetiu o prefeito.

Para o presidente da ANAI, Júlio Gaiger, a intervenção só deve acontecer na forma de um desarmamento dos índios, do fim dos arrendamentos e do fim da divisão artificial das duas reservas, nascidas em janeiro com a fragmentação da Guarita. "A oficialização dos arrendamentos, proposta pelo prefeito de Miraguai, é ilegal e imoral", disse ele. "E com uma intervenção federal nos moldes da que aconteceu em Encruzilhada Natalino não podemos concordar. Nesse caso a área ficará vinculada à Brasília, será fechada, terá a presença de um interventor de fora e cessará toda a possibilidade de controle sobre o que se passa lá dentro". O desarmamento dos índios, com a localização dos brancos que lhes fornecem armas, e medidas para acabar com os arrendamentos ilegais são atitudes que, na opinião de Gaiger, a própria delegacia regional da Funai pode executar — sem auxílio de autoridades federais.

Guerra entre os Caingangues

Prefeitura de Redentora denuncia discriminação

Textos de Carlos Wagner, André Pereira e Juarez Tosi

O caso da doação realizada pelo chefe do posto da Fundação Nacional do Índio (Funai), Lídio Della Betta, de 79 toras de madeira à prefeitura municipal de Redentora, ganhou um novo contorno porque o delegado da Funai em Porto Alegre, Severino de Toni, tem em mãos um documento — que é um parecer técnico do advogado José Tomaco Ourique Pinto — que desaconselha a transação. E tem mais: o parecer jurídico não só desaconselha a doação como alerta que ela é totalmente ilegal. Porém, precipitadamente, a madeira foi doada à prefeitura de Redentora. "Quando eu mandei o documento para a reserva do Irapuá recebi do Lídio a notícia de que os índios já haviam decidido doar a madeira". Aqui tem uma informação nova neste caso: o chefe do posto do Irapuá, Lídio Della Betta, devido a seu cargo, é conhecedor profundo das normas da Funai que regem a administração das áreas indígenas. Portanto ele autorizou a doação da madeira sabendo exatamente o que estava fazendo.

"É uma injustiça o que estão fazendo comigo. Porque eu estou sendo deixado de lado para a solução do problema do conflito indígena das reservas de Irapuá e Guarita", este desabafo foi feito pelo prefeito municipal de Redentora, José Murilo Cossetim, do PMDB, que se diz discriminado em relação aos seus colegas de Miraguai e de Tenente Portela.

Reclama que, quando estoura um conflito na área indígena, o prefeito que é ouvido é de o Miraguai — que é do PDS — embora a reserva fique em Redentora e seja ele quem resolve os problemas dos indígenas, como estradas, professores, etc. "Olha, só quando é coisa ruim é que o Município de Redentora é citado. Nestas reuniões para solucionar o problema dos conflitos indígenas nós não fomos convidados", queixou-se.

Cossetim acusa o PDS de Miraguai de corrupção eleitoral "porque, durante as últimas eleições, deu título e até fez candidato à vereança municipal o cacique Domingos Ribeiro. Bem, aí acontece o seguinte: o Domingos mora dentro do Município de Redentora, portanto não podia tirar título eleitoral em Miraguai. E eu fiquei sabendo que este mesmo partido deu mais de 150 títulos para os índios da reserva de Redentora." acrescenta.

O prefeito Municipal acredita que a proibição de arrendamento para brancos ou mesmo uma severa vigilância sobre a madeira não irá solucionar a questão das reservas do Irapuá e da Guarita. Aponta o caminho de um melhor entendimento entre os próprios índios para a gerência dos lucros que têm dos brancos. Aponta para ocupar o lugar de cacique a possibilidade de aparecer um terceiro nome.



José Murilo Cossetim: pedindo para ser ouvido

E explica (com detalhes) seu envolvimento com um assunto explosivo: doação de madeiras dos índios

O prefeito municipal de Redentora, José Murilo Cossetim, que está envolvido, com o seu pai Enélio Cossetim — proprietário da Serraria Cossetim Ltda. — num processo feito pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) por recepção de madeira da área indígena — reserva do Irapuá — se defende da acusação dizendo que os 50 metros cúbicos de madeira que recebeu foram uma doação da Fundação Nacional do Índio (Funai) em troca de consertos nas estradas da reserva e do empréstimo de seis professoras para as escolhinhas da área.

Cossetim diz que se é ilegal a Funai doar madeira, este é um problema entre a Fundação e o IBDF e não da Prefeitura Municipal ou da Serraria que só serviu de depósito da madeira. Historiando o acontecimento, ele diz que, no dia 16 de fevereiro, mandou para o chefe do Posto Indígena de Irapuá, Lídio Della Betta, o ofício número 032/83 onde observa que, confirmando entendimentos anteriores — verbais — está pedindo a concessão de 50 metros cúbicos de madeira para a construção de várias obras no interior do município. Se comprometia, também, em manter as estradas da região. O chefe do posto da Funai, Lídio Della Betta, no mesmo dia em que recebeu o pedido de madeira do prefeito de Redentora, mandou para o delegado regional da Funai, em Porto Alegre, Severino de Toni, o memorando número 02/SJI. Em resposta, o delegado da Funai enviou, em 28 de fevereiro, o radiograma — número de controle 105541 — dizendo que toda a madeira existente na área indígena era de propriedades dos índios. E que, portanto, a Delegacia nada podia fazer sem antes ter a Ressaltou que, no entanto, após esta manifestação, deveriam ser observadas as normas do IBDF para o abate de árvores e que, dependendo do valor das toras, esta autorização seria da competência da presidência da Funai.

A autorização da comunidade indígena foi conseguida em uma reunião realizada no dia 1º de março, em Irapuá, entre o chefe do posto, Lídio Della Betta, o cacique Ivo Ribeiro e os índios Lourenço Bento, João Maria Gabriel e Elói Jacinto — este último, uma semana depois, tentaria assassinar o cacique Ivo. Eles autorizaram a doação da madeira à prefeitura de Redentora. A reivindicação foi de que o Município se comprometesse a manter a conservação das estradas da reserva. Também foi dito que era um reconhecimento por serviços prestados anteriormente pelo Executivo Municipal à reserva do Irapuá. Citavam as professoras cedidas. Não consta neste dossiê a respeito da doação da madeira da área indígena, divulgado pelo prefeito Municipal de Redentora, qualquer documento dizendo que o chefe do posto indígena, Lídio Della Betta, tenha seguido as recomendações do delegado da Funai no sentido de remeter um pedido de corte para o IBDF. E nem a comunicação ao presidente da Fundação do valor das toras envolvidas. No dia 9 de abril, o caminhão de placas XI 5124 de Redentora partiu rumo à cidade levando, como doação da Funai para Prefeitura Municipal, sete toras — a assinatura na guia de remessa é do próprio Lídio Della Betta e o número desta é 01/83. No dia 11 — guia 02/83 — mais sete toras; dia 12, mais oito e, ainda, neste mesmo dia, outra entrega de 11 toras; no dia 14, aconteceram cinco entregas que totalizaram 46 toras de madeira. Ao todo, foram entregues à Prefeitura Municipal, pela Funai, 79 toras.

Cossetim, em correspondência — ofício número 066/83 —, agradeceu a Lídio Della Betta pelo recebimento das 79 toras, transportadas em caminhão da própria Funai. E pede autorização para a Funai para serrar a madeira. Retribuindo a gentileza, Betta remete o ofício número 07/PISJI/83, de 17 de abril, onde constam os elogios costumeiros e uma autorização para a Prefeitura serrar as toras. Quem não gostou dessas gentilezas todas foi o IBDF que, atendendo a uma denúncia, foi à Serraria do pai do prefeito e emitiu a multa número 0108319 contra o proprietário, Enélio Cossetim, por recepção de madeiras — 40 toras. O valor da multa é de aproximadamente Cr\$ 1 milhão e 700 mil e deverá, segundo o prefeito Municipal, ser paga até o próximo dia 10. O valor estipulado pelo Instituto para a madeira apreendida foi de Cr\$ 1 milhão e 600 mil.

Como Lídio Della Betta virou chefe de posto

Lídio Della Betta, o chefe do posto indígena de São João de Irapuá, acusado de executar a negociata de madeira da reserva doada à prefeitura de Redentora em troca de serviços, chegou à área em janeiro deste ano. Carregando a acusação de ter praticado contrabando de madeira em Nonoai, Lídio defendia-se dizendo que fora absolvido de um processo administrativo instaurado na Funai. "Ele está limpo", confirmou certa vez o próprio delegado regional da Funai, Severino de Toni, quando interlocutores perplexos indagavam por que Della Betta havia sido requisitado em Minas Gerais para ser agraciado com o posto de São João de Irapuá. "Ele é conhecido por todos os índios", apressou-se a justificar o procurador-geral da Funai, Afonso Augusto de Moraes.

Na verdade, ao mesmo tempo que respondia ao processo do qual fora absolvido, segundo De Toni, Della Betta foi providencialmente transferido para Minas Gerais, distanciando-se da cena dos acontecimentos. No começo do ano, enfim, retornou, não mais a Nonoai, mas à Guarita, acompanhando o procurador-geral da Funai, especialmente convocado em Brasília para re-

solver a briga dos caciques. Junto com o folclorista e agente da Polícia Federal Telmo de Lima Freitas, Della Costa iniciou os primeiros contatos com os índios revoltados na época. Empeñando sua "palavra de honra" e aludindo ao conhecimento antigo que travara com os índios em Nonoai, Della Betta foi peça importante nas negociações de janeiro que culminariam na divisão da área em dois cacicados. Não gostando que mencionem o processo que sofreu, no último sábado, acompanhado de dois brigadistas, ele expulsou o presidente da Anai, Júlio Galger, da reserva de Irapuá, intimando-o por tê-lo acusado de roubo de madeira. Em janeiro, porém, Della Betta apoiou efusivamente a divisão da Guarita. Assim que foi celebrado o acordo e criada o posto de Irapuá ele ganhou um novo emprego e o retorno ao Rio Grande do Sul. Nomeado por 90 dias no cargo, acabou sendo brindado com o posto em definitivo através de uma portaria assinada pelo presidente da Funai em abril. Nos próximos dias, no entanto, dificilmente será encontrado em Irapuá: ontem mesmo o delegado regional da Funai, Severino de Toni, anunciou que Della Betta precisará partir para Minas Gerais onde transmitirá o antigo cargo para seu substituto.

Na reunião das entidades, divergências

Dois abaixo-assinados foi o resultado de uma reunião realizada durante toda a tarde e início da noite de ontem, na Assembléia Legislativa, e que tinha por objetivo unificar os vários setores sociais que estão engajados na luta pela defesa dos índios da reserva de Guarita. A reunião transcorria normalmente até que os prefeitos de Miraguai, Redentora e os presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Tenente Portela e Miraguai não aceitaram a proposição da Mesa de se dar um prazo aos brancos que arrendam terra dos índios para se retirarem da área até novembro deste ano, conforme proposta da Anai e várias outras entidades presentes. Eles queriam que o prazo fosse estendido até o final da cultura da soja, maio de 1984. Foi então que iniciou o impasse. A reunião acabou ficando por demais cansativa, diante da posição de intransigência e no final, de acordo com a proposta do presidente da Anai, Júlio Galger, foram redigidos dois documentos que serão encaminhados imediatamente à Funai.

Em ambos os documentos as entidades e autoridades presentes à reunião pedem o fim de novo arrendamento a partir de agora, o imediato desarmamento dos índios, o desfazimento da divisão da área efetuada no final de janeiro passado pela Funai, o término do abate da madeira verde e recursos para que permitam as tribos Caingangues e Guaranis uma vida livre e subsistência digna. A divergência foi a seguinte: num dos abaixo-assinados, endossado pelos presidentes dos dois sindicatos e prefeitos de Miraguai, Redentora e que depois teve o apoio do prefeito de Tenente Portela, dá como prazo máximo para o fim dos arrendamentos o mês de maio do próximo ano, fim do ano agrícola incluído no mês passado. Eles justificaram que a pressão dos arrendatários seria muito grande. Enquanto o outro abaixo-assinado, apoiado pela Anai, Igreja Evangélica de Confissão Luterana, Centro Pastoral da Terra, deputados e vereadores de oposição e outras entidades, fixa o prazo máximo para novembro deste ano. Segundo

eles, um prazo maior poderia abrir novas excessões e a luta se esvaziaria, prejudicando somente aos índios.

Novamente, como tem acontecido constantemente após a morte dos cinco índios da reserva, a Funai foi acusada por todas entidades e autoridades como a principal responsável pelo conflito, principalmente pela divisão das terras e de ficar sempre omissa quando ocorrem os arrendamentos, irregulares pela lei. Os dois representantes do IBDF presentes, Alberto Coelho e Cláudio Azevedo, ambos engenheiros florestais, limitaram-se apenas a ouvir as acusações de que continua a haver a exploração irregular da madeira, e, quando indagados, manifestaram-se dizendo que a entidade está fiscalizando dentro das suas possibilidades. O próprio prefeito de Redentora — do PMDB —, José Murilo Cossetim, acabou se traíndo quando afirmou que a diretoria da área indígena lhe concedeu 50 metros de

madeira. Imediatamente todos os demais participantes lhe acusaram de ter agido de forma irregular ao aceitar a madeira e os representantes do IBDF reconheciam que lhe foi aplicada uma multa de mais de Cr\$ 1 milhão por isso. O delegado regional da Funai, Severino de Toni, apesar de ter se comprometido, não compareceu à reunião.

Outro fato importante foi a participação de um dos atuais arrendatários: o ex-prefeito de Redentora, Nilo Roeber. Ele declarou ser a favor do fim dos arrendamentos imediatamente e denunciou que existem hoje 4.200 arrendatários na área. Segundo ele, em 1973 haviam arrendados cinco mil hectares de terra, enquanto que este ano o arrendamento está em torno de três mil e quinhentos a quatro mil hectares de terra arrendada. "Os índios", disse ainda, "estão cobrando Cr\$ 25 mil ao hectare de terra arrendada para um ano agrícola. Uma colônia lhes vale cerca de Cr\$ 625 mil", complementou.